

Está disponível, para os assinantes da Editora Roncarati, no manual “Resseguros: Legislação e Normatização”, mais um normativo traduzido para o inglês: [**CIRCULAR SUSEP Nº 553, DE 23.05.2017**](#) que estabelece diretrizes gerais aplicáveis aos seguros de responsabilidade civil de diretores e administradores de pessoas jurídicas (seguro de RC D & O), e dá outras providências.

Normativos já traduzidos:

- **CIRCULAR SUSEP Nº 545, DE 27.01.2017** que estabelece critérios adicionais para oferta preferencial de riscos aos resseguradores locais, atendimento ao disposto no caput do artigo 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
- **CIRCULAR SUSEP Nº 541, DE 14.10.2016** que estabelece diretrizes gerais aplicáveis aos seguros de responsabilidade civil de diretores e administradores de pessoas jurídicas (seguro de RC D&O). **revogada**
- **CIRCULAR SUSEP Nº 537, DE 12.05.2016** que determina critérios adicionais para atendimento ao disposto no §4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
- **CIRCULAR SUSEP Nº 524, DE 14.01.2016** que esclarece e dispõe sobre critérios adicionais relacionados ao art. 37 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências.
- **CIRCULAR SUSEP Nº 521, DE 24.11.2015** que altera a Circular Susep nº 517 de 30 de julho de 2015 ao incluir o Capítulo II, "Da Estrutura de Gestão de Riscos".
- **CIRCULAR SUSEP Nº 445, DE 02.07.2012** que dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção e combate dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente expostas, bem como a prevenção e coibição do financiamento ao terrorismo.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 126, DE 15.01.2007** que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.
- **RESOLUÇÃO CNSP Nº 168, DE 17.12.2007** que dispõe sobre a atividade de resseguro, retrocessão e sua intermediação e dá outras providências.
- **RESOLUÇÃO CNSP Nº 173, DE 17.12.2007** que dispõe sobre a atividade de corretagem de resseguros, e dá outras providências.
- **CIRCULAR SUSEP Nº 249, DE 20.02.2004** que dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos nas sociedades seguradoras, nas sociedades de capitalização e nas entidades abertas de previdência complementar.

Para acessar o conteúdo, siga as instruções abaixo:

- 1º Acessar o manual “Resseguros: Legislação e Normatização” na área do assinante.
- 2º Selecionar o item “NORMAS TRADUZIDAS”, no filtro “Tipo de Norma”.

Resseguros: Legislação e Normatização

Buscar por Palavra-chave [Voltar](#)☒ Todos os termos ☐ Qualquer termo ☐ Frase Exata

Tipo de Norma

Pesquisa por Assunto

Tipos de Resseguradores

Nº da Norma

Ano

☐ não buscar normativos rev.

--selecione--

INSTRUÇÃO NORMATIVA DNRC
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB
INSTRUÇÃO SUSEP
LEI
LEI COMPLEMENTAR
NORMAS TRADUZIDAS
PARECER NORMATIVO SUSEP
PORTARIA PGFN
PORTARIA SUSEP
PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC
RECOMENDAÇÕES FATF/GAFI
RECURSO ESPECIAL - REsp

1. CNSP RESOLUTION No. 173, OF 17 DECEMBER 2007

(Resseguros: Legislação e Normatização/NORMAS TRADUZIDAS)

Provides for reinsurance brokerage activity, among other provisions.

Exibir #

20

2. CNSP RESOLUTION No. 168, OF 17 DECEMBER 2007

(Resseguros: Legislação e Normatização/NORMAS TRADUZIDAS)

Provides for the reinsurance activity, retrocession and its intermediation among other provisions.

3. COMPLEMENTARY LAW No. 126, OF 15 JANUARY 2007

(Resseguros: Legislação e Normatização/NORMAS TRADUZIDAS)

Establishing policies for reinsurance, retrocession and intermediation, coinsurance operations, insurances contracted abroad and foreign currency operations in the insurance sector; amending Decree-law No. 73, of 21 November 1966 and Law No. 8031, of 12 April 1990; and making other arrangements.